



# As Grandes Crises Nacionais Portuguesas

(Conclusão)

Henrique Manuel Lages Ribeiro

*Reprodução de matéria publicada da "Revista de Artilharia", do Exército português (1984, nº711/712, Nov/Dez e 1985, nº713/714, Jan/Fev.) Estuda a crise da história lusa de 1820, diretamente ligada à proclamação da nossa independência política. Revela a origem de alguns aspectos da mentalidade do brasileiro ou do caráter nacional.*

## Crise de 1820

Portugal chegou a uma crise em que ou há de sofrer a revolução das fortunas, a da ordem, a anarquia, e outros males que trazem consigo a aniquilação do crédito público, ou se há de, sem a menor perda de tempo, cuidar de **aumentar a receita sem novos impostos** que as presentes circunstâncias não admitam e de diminuir a despesa, cortando não somente a supérflua, mas ainda mesmo a necessária. (Relatório de 2 de junho de 1820, enviado pela Regência a D. João VI).

## Situação Envolvente

Em nenhuma época, a Península Ibérica conseguiu ficar imune aos interesses das grandes nações européias. No Sec. XVII era crescente o papel — já, aliás, preponderante — que a Inglaterra desempenhava na política portuguesa da qual ia usufruindo largos benefícios.<sup>1</sup> No Séc. XVIII, essa tendência manteve-se como ilustra o tratado de Methuen, de 1703.<sup>2</sup>

Durante a Guerra dos Sete Anos (1756-63), Portugal procurou manter-se neutro, mas foi de tal impedido devido à importância que tinha a utilização dos nossos portos pelos países beligerantes.<sup>3</sup> Recusando-se, em 1761, a assinar

1. Depois da vitória de Cromwell, o apoio dado à facção realista inglesa conduziu-nos ao envolvimento numa guerra desastrosa. Para terminar houve que aceitar o tratado de paz de 1654 que permitiu a abertura aos súditos britânicos do comércio direto com o Brasil que, até então, constituía monopólio português.

2. Com o Tratado de Mathuen Portugal fica excessivamente dependente da Inglaterra que, a troco de garantir os domínios de Portugal, gozava de monopólio do comércio dos panos em Lisboa e, por consequência, nas colônias portuguesas. V. Jaime Cortesão, "Biografia sobre Alexandre de Gusmão".

3. OLIVEIRA MARTINS, *História de Portugal*, pág. 573.



o Pacto de Família Bourbonônico, conjuntamente com a França e a Espanha, e também a declarar guerra à Inglaterra, o território acabou por ser invadido por tropas franco-espanholas.

Há, porém, um elemento novo a considerar que vem a alterar a política internacional nesta época: com a independência das colônias na América do Norte — que representou um significativo *desaire* na política colonial britânica, assente num princípio de monopólio — a Inglaterra apercebeu-se de que o seu objetivo futuro deveria ser muito mais o aumento do comércio internacional do que a pura posse de territórios. “O que constitui a grandeza de uma potência colonial não são os territórios que dispõe, mas as trocas econômicas que as suas colônias desenvolvem.”<sup>4</sup>

Mas, são sem dúvida a Revolução Francesa e todo o processo histórico subsequente que maior influência vão ter na conjuntura internacional e, nomeadamente, na política portuguesa; foi um período profundamente marcado por intromissões políticas, imposições diplomáticas e, até, por invasões militares.

A Revolução Francesa e a guerra que se lhe seguiu, entre a França e quase toda a Europa, tornaram a política portuguesa extremamente difícil: se, numa primeira fase, até a transição, na França, do Absolutismo para a monarquia constitucional (1789-92). Portugal adotou uma políti-

ca de não-intervenção, o mesmo já não sucedeu na fase de 1792-95, quando, reagindo ao período de violência que culminou com a execução de Luiz XVI, forçamos<sup>5</sup> a entrada numa aliança com a Espanha. A finalidade era colaborar na eliminação da convenção francesa e dela resultou a campanha do Rossilhão, nos Pirineus. O *volte-face* diplomático que a política espanhola executou posteriormente, já no período do consulado napoleônico, e todo o projeto do ministro espanhol Godoy, que visava ao desmembramento de Portugal, forçou-nos, de novo, a procurar o apoio financeiro e militar da Inglaterra. É, contudo, já na fase do período imperial napoleônico (1804-12), quando das invasões francesas, que a nossa dependência militar do “velho aliado” se torna quase total. Foi uma dependência militar que, em tempo, ultrapassou o período da ameaça militar e que, no âmbito, degenerou quase para uma submissão política.

Vejamos, um pouco mais desenvolvidamente, alguns dos pontos mais importantes, até agora apenas aflorados.

Logo a seguir à Revolução Francesa, e para tranquilizar uma Europa amedrontada pelo processo revolucionário em curso, a Constituinte votou uma resolução em que a França renunciava a empreender qualquer guerra de conquista. Contudo, a anexação de Avinhão — possessão

“O que constitui a grandeza de uma potência colonial não são os territórios que dispõe, mas as trocas econômicas que as suas colônias desenvolvem”

4. JACQUES PIRENNE, As grandes correntes da História Universal, Vol. IV, pág. 27.

5. A Inglaterra declarou guerra à França em fevereiro de 1793 (dias depois da execução do rei). Os esforços diplomáticos portugueses para conseguir uma aliança militar com a Espanha e a Inglaterra não foram bem acolhidos por aqueles países, que nos quiseram excluir de qualquer projeto intervencionista. O governo francês, por sua vez, enviou também uma delegação diplomática para garantir a nossa neutralidade. V. José Veríssimo Serrão, “História de Portugal, 1750-1807”, Vol. VI, págs. 316-317.



Santa Sé — originou a reclamação do Papa. A postura da Constituinte limitou-se a afirmar que os povos tinham o direito de dispor de si próprios. Ora, este procedimento representava um rigoroso precedente que outras regiões poderiam vir a invocar para se unirem à França.

Como resposta, uma primeira coligação de potências começou a organizar-se em favor da restauração dos poderes do Rei. Com a declaração de Pillnitz, em 1791, a Rússia e a Prússia declararam-se prontas a agir rapidamente e com as forças necessárias, para pôr o monarca em condições de afirmar, na mais completa verdade, as bases de um governo monárquico. A reação foi que a revolução cada vez se afastou mais da Monarquia e, **quando chegou à República, tornou-se autoritária perante a necessidade da disciplina que a defesa contra a coligação monárquica impunha.** Quando Napoleão assumiu as funções consulares, tinha a convicção de que era preciso que a República cedesse aos ingleses o último aliado que lhes estava no continente.<sup>6</sup> Daí o ultimato de 1801, que nos fez retender o abandono da aliança com a Inglaterra e o encerramento dos nossos portos aos seus navios. A sua não aceitação veio a originar a invasão franco-espanhola naquele mesmo ano.

Na fase ofensiva em que a França decididamente se remeteu, esconjurada a ameaça de invasão, foi na esteira dos exércitos franceses que se acelerou a difusão do ideário da **revolução por toda a Europa**, e que se constituiu o golpe de misericórdia no "Ancien Régime".<sup>7</sup>

Contudo, em 1806, o Império francês, dominando já grande parte da Europa, sofreu o revés de Trafalgar, que representou a

reafirmação do domínio marítimo da Inglaterra. Só um grande objetivo de estratégia econômica poderia abater o adversário da França, afastada a hipótese de uma vitória naval: o Bloqueio Continental, que proibia, detalhada e exaustivamente, todas as formas de comércio com a Inglaterra — a base da sua economia — de forma a sitiá-la. Para alcançar esse objetivo, suscetível de a sufocar, a posição portuguesa no Atlântico era fundamental.

Ficamos, assim, no difícil dilema de cumprirmos o bloqueio — e de perdermos conseqüentemente o Império, a favor principalmente da Inglaterra — ou, com a sua ajuda, de resistirmos à invasão francesa. E foi esta última a opção a escolhida.

**A soberania seria salvaguardada usando o artifício de transferir a Corte para o Brasil.** Mas, a ação veio também a concorrer para impulsionar as tendências autonômicas que, na época, fervilhavam já na América do Sul. A independência do Brasil, inclusive, recebeu um grande encorajamento da Inglaterra, que esperava dali retirar grandes benefícios, não só econômicos como políticos.<sup>8</sup>

A seguir à queda de Napoleão, subiu ao trono Luís XVIII que começou por governar cumprindo uma carta constitucional, mas acabou, a dada altura, por sofrer maior influência da facção absolutista que, com Carlos X, seu sucessor, tornou-se declaradamente ultra-realista. E ao que se assistiu, na França, daí em diante foi a um processo em que as tendências liberais e absolutistas se foram sucedendo no poder, tendo influência no processo análogo que, por essa época, ocorreu em Portugal, com

EDUARDO BRAZÃO, *História Diplomática de Portugal*, Vol. I, pág. 416.

<sup>6</sup>Unindo-se para condenar as idéias liberais sobre as quais a Revolução tinha construído a monarquia constitucional os soberanos das grandes potências assinaram por sua mão a condenação à morte do antigo regime". Jacques Pirenne, *As grandes correntes da História Universal*, Vol. IV, Soc. Intercâmbio Cultural, 1952, pág. 40.

<sup>7</sup>OLIVEIRA MARQUES, obra cit., Vol. I, pág. 622.



a luta entre liberais e miguelistas. Mas, Portugal sofreu uma influência mais direta ainda dos acontecimentos na vizinha Espanha quando, em 1820, o liberalismo aí triunfa. Esse fato foi decisivo na nossa revolução liberal daquele mesmo ano.

Curiosamente, as revoluções ibéricas emergiram já desfasadas em relação à Europa que tinha visto subir ao poder, entretanto, as tendências absolutistas.<sup>9</sup> E ia demorar ainda muitos anos para que esse movimento ondulatório se fosse amortecendo pela Europa e se estabilizasse. E é curioso constatar que, com maior ou menor intensidade, os reflexos dessa alternância política se fizeram sentir em Portugal: a invasão do Duque de Angoulême, a mando da Santa Aliança, para esmagar o liberalismo em Espanha, em 1823, fez luz nas reações absolutistas de D. Miguel (Abrilada em 1823, e Vilafrancada, em 1824); em contrapartida, a ascensão de Luís Felipe ao trono de França, em 1830, deu um grande impulso à facção liberal que D. Pedro, a partir de 1831, encabeçou, levando ao desembarque em Portugal no ano seguinte.

### Antecedentes

Desde 1640, não tinha sido possível corrigir o "déficit" das contas do Estado resultante dos vinte e oito anos de Guerra da Restauração, para o que tínhamos monopolizado todo o nosso potencial. Num plano subalterno se colocou, pois, a defesa dos territórios ultramarinos, que eram assediados, frequentemente, por forças de potências adversárias. **O governo teve que concentrar o esforço de defesa e optar entre a Ásia e o Brasil**

— com o seu complemento africano — visto que se chegara à conclusão de que não havia forças para resitir, em todos os continentes.<sup>10</sup> **E a opção foi o Brasil**, que, no Séc. XVIII, assegurava a maior parte do rendimento do Estado e a matéria-prima para uma abundante e estável moeda.<sup>11</sup>

Por volta de 1765, a nossa economia começou, contudo, a experimentar dificuldades resultantes de **uma queda na produção dos minerais brasileiros**.<sup>12</sup> De qualquer modo, a partir de 1667 e até as invasões francesas, Portugal gozou de um longo período de estabilidade. Tal correspondia, quase totalmente, não só a quatro longos reinados (D. Pedro II, D. João V, D. José e D. João VI) como, também, a uma longa permanência no poder de **secretários de estado**, o que constituía um fator positivo pela continuidade de ação que permitiu. Foi, no entanto, um fator negativo devido à **tendência para a rotina e para um certo conservadorismo** que criou.<sup>13</sup> No entanto, particularmente no **governo do Marquês de Pombal**, tomou-se uma série de medidas que não só reduziu o atraso econômico em que nos encontrávamos, como contribuiu para reduzir a dependência econômica em que estávamos face à Inglaterra. Quando se chegou ao final do Séc. XVIII, apesar de uma certa inversão desta política no **reinado de D. Maria I — o chamado período da "viradeira"** —, esta viveu um ciclo de manifesta recuperação econômica, em grande parte devido também à política de neutralidade que conseguimos manter no quadro europeu.

Este quadro, bastante favorável, foi bruscamente alterado, a partir da Revolução Francesa e, principalmente, das invasões. Segundo José Arriaga,<sup>14</sup> as destruições; os

9. OLIVEIRA MARTINS, obra cit., pág. 281.

10. OLIVEIRA MARQUES, obra cit., Vol. I, págs. 445-457.

11. Id., pág. 518.

12. V *Artigo sobre "crises"*, Dicionário da História de Portugal, dirigido por Joel Serrão.

13. OLIVEIRA MARQUES, págs. 566-67.

14. ARRIAGA, José de, *História da Revolução de 1820*, Vol. II., pág. 540.



roubos de navios e as indenizações exigidas que Portugal sofreu, entre a **Guerra do Rossilhão** e a queda de Napoleão, equivaleram a cerca de 200.000 contos, o que era uma verba fabulosa nessa época.

A influência na nossa produção foi também catastrófica: se até fim do Séc. XVIII importávamos, anualmente, cerca de 10 milhões de cruzados de trigo, depois de Waterloo passamos a impor mais de 40 milhões.

O reflexo no tráfego marítimo foi, de igual modo, significativo, não só porque a frota portuguesa tinha praticamente desaparecido<sup>15</sup> como, também, porque não havia nem materiais para exportar, nem fundos para cobrir os custos da importação.<sup>16</sup> Os preços, a partir de 1789, tiveram uma subida pronunciada, afetando a maior parte dos produtos. O seu ponto mais alto foi atingido, por volta de 1810.<sup>17</sup> Estava-se, sem dúvida, numa fase de depressão que se iria prolongar até 1826, mas que atingiria o caráter de crise profunda entre 1803-13.<sup>18</sup>

Em 1807, consumada a primeira invasão francesa, deu-se a transferência da Corte para o Brasil. Mas, não foram apenas a família real e o governo que emigraram para garantir sobrevivência dinástica; foram 15.000 pessoas: quase toda a nobreza da Corte e grande parte da nobreza agrária abandonaram o país,

com grande parte das nossas riquezas, divorciando-se da sua defesa. E as rendas e os proventos da terra de todas essas famílias, daí em diante, passaram a ser enviados para o Brasil.

Por outro lado, o auxílio britânico, que não era filantrópico, iria ter um custo...

Os portos do Brasil foram abertos, em 1808, às nações amigas, isto é, à Inglaterra; em 1810, um leonino Tratado de Comércio entre os dois países era assinado, o que reforçava mais a posição britânica, visto que eram estipulados direitos de entrada aos produtos ingleses no Brasil mais baixos que os aplicados aos produtos oriundos de quaisquer outras nações, inclusive Portugal. Ora, aquela característica tradicional da estrutura da nossa economia — de sermos entreposto comercial marítimo entre as nossas colônias e a Europa — desabarria completamente, em proveito da Inglaterra. A decadência econômica da Metrópole daí resultante foi automática. Além disso, a autonomia econômica de que o Brasil desfrutou foi a “infalível precursora de autonomia política”.<sup>19</sup>

A Metrópole ficou, durante os anos que se seguiram, quer a ser um protetorado inglês quer uma colônia brasileira,<sup>20</sup> no dizer de Oliveira Marques.

15. Na seqüência da Guerra do Rossilhão, nos anos de 1793-96, os franceses apresaram-nos cerca de 200 navios. Oliveira Martins, obra cit., pág. 262. V. também Flausino Torres, págs. 296-97.

16. A exportação média de vinho foi de 44 897 pipas, no período de 1789-1807 e sofreu uma redução de cerca de 80% no período de 1808-17, in Oliveira Marques, obra cit., pág. 524. De 1796 a 1807, a exportação de manufaturas para as colônias subiu até 94 milhões de cruzados; nos dez anos seguintes é de 2 milhões apenas. Em iguais períodos o Brasil mandou para Portugal gêneros no valor de 535 milhões de cruzados, antes. Depois apenas 189. In Oliveira Martins, obra cit., pág. 271.

17. V. Fig. 57, in Oliveira Marques, obra cit., pág. 532.

18. Id., págs. 523-524.

19. OLIVEIRA MARTINS, obra cit., pág. 312.

20. OLIVEIRA MARQUES, obra cit., pág. 361.



A situação econômico-financeira e o domínio alternado franco-inglês que se foi sofrendo foram fazendo alastrar uma onda de descontentamento. E, derrotados os franceses e continuando a Corte no Brasil, com um Beresford todo-proderoso dominando a Metrópole, facilmente conduziu à rebelião.

Sem dúvida, a Revolução liberal foi fruto da total desagregação da nobreza e do fortalecimento progressivo de várias camadas imbuídas da ideologia que a Revolução Francesa tinha difundido. Esse processo de desagregação tinha tido o seu início, uns anos atrás, no governo do Marquês de Pombal,<sup>21</sup> resultados dos profundos golpes que este vibrou, quer na nobreza quer no clero.

Foi nessa luta, primeiro contra os invasores, depois, contra o domínio inglês; foi na reação contra o nobre ausente — que pretendia que os rendimentos das suas terras abandonadas lhe chegassem ao Brasil<sup>22</sup> — e contra uma Corte distante, mas consumidora duma riqueza não reprodutiva, que se forjou a nova camada dirigente liberal.

Seria, pois, da conjugação de suas forças que a revolução iria surgir: uma negativa, desagregadora da sociedade atingida, e outra, positiva, formada por uma elite numerosa e ativa, que não abdicava dos direitos de cidadania que aprendera pelos livros. Mas, também, iria surgir pelo contato com as tropas invasoras francesas e, segundo alguns autores, "pela

propagação feita pelos oficiais ingleses estacionados em Portugal".<sup>23</sup>

Quando se chegou a 1820, a situação em Portugal era crítica, em quase todos os aspectos: politicamente, a ausência do Rei e das mais representativas figuras da Nação criara um vazio de poder, que tinha sido preenchido pela Inglaterra, por intermédio do seu procurador Beresford que era quem, de fato, em tudo mandava; ideologicamente, a doutrina emanada da Revolução Francesa criara uma resistência crescente contra o sistema da monarquia absoluta, até então vigente; econômica e financeiramente, o país encontrava-se destroçado, consequência das sucessivas invasões de que fora palco; militarmente, as nossas forças, depois de terem sofrido todo o processo de decapitação e dissolução promovido pelos franceses, estavam agora subordinadas a oficiais ingleses, alcandorados aos mais elevados postos da hierarquia, a começar por Beresford, que foi nomeado comandante-em-chefe dos Exércitos.

Ora, foi nesse quadro que se deu a chamada **Revolução de 1820**, que iniciou um período de grande instabilidade e, principalmente, precipitou o processo da independência do Brasil, um fato histórico de uma importância capital. Sendo o Brasil o suporte econômico de Portugal, levantavam-se sérias interrogações à viabilidade do País, perdida a sua mais importante colônia.

21. É no período do Marquês de Pombal que se encontra o mérito de (involuntariamente) ter preparado o país para a revolução liberal do Séc. XIX, com a ofensiva que lançou não só contra a Igreja como também contra a nobreza. "Ao nivelar todas as classes, leis e instituições ante o despotismo único do rei, Pombal preparou a revolução da igualdade social e o fim dos privilégios feudais". E, simultaneamente, depositando na burguesia o poder quer administrativo, quer econômico. Oliveira Marques, obra cit., pág. 570.

22. Desde 1808, as rendas das casas de Bragança, Infantado, Rainhas, e muitas particulares, além de uma valiosa consignação mensal, embarcavam em Lisboa, com destino ao Rio de Janeiro. In Oliveira Martins, obra cit., pág. 311.

23. SERRÃO, José Vicente. *Portugal e a Conjuntura Internacional dos Princípios do Séc. XIX*, Revista "História" No 46, Ago 62, pág. 68.



### O Deflagar da Crise

A revolução de 1820 teve origem num grupo de burgueses liberais do Porto que conseguiu, facilmente, obter a adesão de grande parte das guarnições militares do Norte.

A Regência que governava o país, em nome do Rei, ainda tentou organizar uma força para sufocar essa rebelião; mas essa reacção foi anulada pelas tropas sediadas na Capital que, entretanto, aderiram à rebelião.

A revolução quase não sentiu qualquer resistência,<sup>24</sup> alastrou-se facilmente por todo o país e até o Brasil onde, inclusive, a guarnição militar do Rio de Janeiro se revoltou. Como remate viria ser aprovada, em 1822, uma Constituição que limitava o poder do monarca.

O liberalismo dos deputados eleitos, se de acordo com a sua ideologia procurou definir um regime constitucional puro, apagou-se completamente quando pretendeu voltar a impor ao Brasil uma tutela colonial de que — dada a ida da Corte para o Rio de Janeiro — se tinha vindo, progressivamente, a liberar. A questão era de que o movimento separatista estava já tão profundamente enraizado no Brasil que gozava de uma situação económica próspera, que contrastava com a decadência portuguesa.

D. João VI, em 1821, regressou a Portugal. Deixou no Brasil, como regente, o seu filho D. Pedro.

Os deputados não reconheceram ao Rei a autoridade para esta nomeação e ordenaram o regresso do Regente, que não obedeceu. Algumas medidas legislativas aprovadas nas Constituintes de Lisboa, que diminuíam a autonomia de que já usufruía o Brasil, foram o pretexto que levou

à declaração da Independência, em 1822, e ao estado de guerra que Portugal manteve com sua ex-colónia e que, só em 1825, cessou quando a independência foi por nós reconhecida.

### Conseqüências

**A Independência do Brasil foi um dos mais duros golpes que a economia portuguesa sofreu, em toda a sua história.** Mas, era fácil aos adversários do liberalismo assacar aos constituintes a culpa pela independência e de todos os males que dela advieram. “Os produtos agrícolas de Portugal davam apenas para o consumo de 2 ou 3 meses; **todo o resto se comprava com ouro, que dantes vinha do Brasil. Agora, esgotado esse rio, como se havia de viver?**”<sup>25</sup>

Foi esse mal-estar que esteve, primariamente, na origem do antagonismo entre as facções liberais e absolutistas, encabeçadas pelos dois filhos de D. João VI e que provocou a guerra civil, que dominou o país de 1828 a 1834, e que, como vimos, foi fortemente influenciada pelas diferentes viragens políticas europeias, que, alternadamente, favoreceram uma ou outra facção.

E, nesse perturbado período que então se iniciou, o papel desempenhado pelo vetor militar começou a ser muito pronunciado; foi quando se forjou **uma espécie nova: a do militar-político.** Com ele, entramos no período especificamente moderno do exército português.<sup>26</sup> É do que iremos tratar a seguir.

### O Vetor Militar

“Ora, as revoluções de 1820 não só foram puramente militares no seu começo e rompi-

24. A revolução de 1820, apesar do seu nome e do pomposo e atrevido das suas frases, fora inocente: nem uma gota de sangue tinha corrido. Oliveira Martins, obra cit., pág. 289.

25. OLIVEIRA MARTINS, obra cit., pág. 312.

26. LOURENÇO, Eduardo, *Os Militares e o Poder*.



mento, mas até militares se conservaram sempre (falo de Espanha e Portugal onde progrediram), porque o governo se estribava principalmente no exército e, especialmente em Portugal, jamais consentiu que o povo tomasse a mínima parte na defesa pública"; (Almeida Garret, "Portugal na Balança da Europa").

Após a Restauração, em 1640, era premente a criação de um exército, devido à dispersão que Filipe II tinha provocado, principalmente com as expedições à Catalunha. Uma ajuda militar estrangeira era urgente e foi principalmente a França que nos apoiou, com o envio do Conde de Schomberg e alguns oficiais de várias nacionalidades. Também a Inglaterra contribuiu com o envio de uns milhares de militares.

A situação em que se vivia era a de um sistema defensivo desorganizado, enquadrado por generais alcandorados a essas posições não por vocação mas unicamente por um aristocrático direito de nascimento.

Em 1703 — quando da Guerra da Sucessão de Espanha — houve que se recorrer, novamente, ao auxílio de tropas inglesas. Mas finda a guerra, o Exército entrou numa nova fase de decadência. Quando o futuro Maquês de Pombal se tornou secretário de Estado, em 1750, o descalabro era enorme: pagamentos de pré em atraso de meses, militares esmolando na rua, absentismo na classe de oficiais, uniforme em farrapos, inexistência de instrução.<sup>27</sup>

A concentração do poder político, característica dessa época a que já fizemos referência, exigia, além do mais, um exér-

cito permanente e profissional; a grande transformação que iria se dar seria pois, a profissionalização do Exército, que passaria pela modificação do **recrutamento dos seus oficiais**, não já obrigatoriamente apenas na nobreza, mas respeitando a vocação e as qualificações dos candidato.<sup>28</sup>

O secretário de Estado de D. José iniciou a sua necessária reestruturação. A recusa de acesso ao Pacto de Família, já atrás referido, e a invasão das forças franco-espanholas de 1762, já encontrou pela frente um Exército razoavelmente organizado.<sup>29</sup> Mas, não era o suficiente. Assim, uma nova ajuda militar inglesa foi enviada, nela se destacando a figura do príncipe alemão **Conde de Lippe**, que foi nomeado comandante-em-chefe de todas as forças nacionais.

Foi profunda e ampla a influência do Conde de Lippe em nosso Exército, não só durante todo tempo que em Portugal se manteve, como mesmo depois. A correspondência que manteve em Portugal é disso prova.

Mas, a permanência em nosso exército de muitos oficiais estrangeiros — com um soldo que era mais do que o dobro do de seus homólogos portugueses — começou a provocar um certo descontentamento entre os quadros nacionais.

Por outro lado, o nível organizado e disciplinar conseguido com o Conde de Lippe, começou a ser rapidamente corroído. Muito terá contribuído para isso o espírito da "viradeira" que, na área que nos interessa, traduziu-se em anistiar todos os que tinham sido condenados, no tempo do Marquês: daí resultou a entrada nas

27. PEREIRA MARQUES, Fernando, *Exército e Sociedade em Portugal, no declínio do Antigo Regime e advento do Liberalismo*, pág. 31.

28. OLIVEIRA MARQUES, obra cit., Vol. I pág. 548.

29. Do início de 1762 a setembro desse mesmo ano, o Exército passara de um efetivo de 18.000 a 60.000 homens. Fernando Pereira Marques, "Exército e Sociedade em Portugal", pág. 49.



fileiras não só de autênticos “perseguidos políticos”, como também de toda escumalha que, justamente, cumpria penas por crimes provados. O resultado dessa corrosão não demorou muito a manifestar-se. Com a subida de Napoleão ao poder, e na sequência do acordo já referido com Carlos IV de Espanha, tropas espanholas invadiram, em 1801, o nosso território. Foi a **Guerra das Laranjas**, uma guerra quase caricata em que não houve grande empenho, de parte a parte, em que nossas tropas, sob o comando do Duque de Lafões (com 82 anos!), foram postas em debandada,<sup>30</sup> o que ocasionou a sua queda em desgraça. Alguma coisa nova foi necessário fazer para melhorar a situação do Exército.

Uma nova experiência, desta vez curta, foi feita com a vinda para Portugal do Conde de Goltz, prussiano, general do Exército dinamarquês.<sup>31</sup> Mas, sem qualquer resultado aparente.

Em 1806, já o Império Napoleônico se alastrava. O Tratado de Fontainebleau (27 Out

1807) entre os governos francês e espanhol (este dominado pelo ministro Godoy) foi assinado, ficando acordada a partilha do território metropolitano e ultramarino entre franceses e espanhóis. A situação militar portuguesa era bastante precária, pois — devido a problemas financeiros —, além da carência de armamento, munições e equipamento, tinham sido reduzidos os efetivos, em 1804.<sup>32</sup> Ora, tais reduções causaram estranheza ao governo britânico, a quem solicitamos, concomitantemente, auxílio militar no caso de termos que fazer face a uma invasão francesa. Em 1806, a situação financeira era, contudo, de tal ordem, que uma nova redução estava a ser encarada.<sup>33</sup>

Deu-se a primeira invasão francesa. A ordem deixada pelo Príncipe Regente antes do seu embarque era para os invasores serem recebidos como amigos.<sup>34</sup> E assim aconteceu: nenhuma resistência; à chegada de Junot a Lisboa, as autoridades deram-lhes as boas-vindas; o palácio real estava preparado para o recebê-lo; no mastro do Castelo de S. Jorge

30. OLIVEIRA MARTINS fabuliza desta forma satírica a observação do Duque ao atacante espanhol sobre a desnecessidade de se baterem: “Para quê? Somos duas mulas de carga. As esporas da França fazem andar a Espanha; as da Inglaterra fazem-nos andar a nós. Já que o mandam, pulemos que se ouçam os guisos, pois que é necessário — segundo dizem: Mas por amor de Deus não nos façamos dano: rir-se-iam demasiado à nossa custa”. *“História de Portugal”*, pág. 263.

31. FERNANDO PEREIRA MARQUES, obra cit., pág. 88.

32. CARLOS JACA, Revista *“História”*, no 28, Fev. 81, pag. 79: “Exército português desarticulado nas vésperas das invasões francesas”.

33. Id. Carta do Ministro do Reino, Conde de Vila Verde, a Antônio Araújo, Ministro dos Estrangeiros e da Guerra, de 21 Jan. 1806: nas circunstâncias do erário era impossível que o Príncipe Regente pudesse sustentar e pagar “à tropa que não digo que tem, mas que existe”; e acrescentava que “julgava ser necessário reduzi-la a muito pouco, porque ainda sabendo de certo haver guerra, acho melhor mandar a ela, para me defender, um regimento bem pago, e bem nutrido, do que três ou quatro morrendo de fome e sem o soldo que lhes compete; que terrível situação para todo o caso achar-se sem Exército, e sem dinheiro como estamos. a V. Ex. a conhece muito bem”.

34. Nas Instruções de 26 de Nov 1807 deixadas pelo Príncipe Regente aos governadores por si nomeados para regerem o reino, enquanto da sua ausência no Brasil, constavam, entre outras, as seguintes: “Procurarão, quanto possível for, conservar em paz este Reino; e que as Tropas do Imperador dos Franceses e Rei da Itália sejam bem aquarteladas e assistidas de tudo que lhes for preciso, em quanto se detiverem neste Reino, evitando todo e qualquer insulto que se possa perpetrar, e castigando-o rigorosamente, quando aconteça; conservando sempre a boa harmonia, que se deve praticar com os Exércitos das Nações, com as quais nos achamos unidos no continente”.



subia a tricolor e, à noite, o poderoso Conde de Farrobo ofereceu uma recepção.

Mas, as medidas militares que se abateram sobre o Pacífico e o reduzido exército português não demoraram a chegar. A partir dos fins de 1807, a maior parte do Exército regular e a totalidade das milícias foram dissolvidas.<sup>35</sup> Além disso, grande parte do pessoal militar restante foi amalgamada nas divisões francesas. **A Legião Portuguesa, com 9000 militares, foi enviada para França, em 1808, cerca de um terço deserta pelo caminho. Mas o que resta é bem comandado e vai combater nos teatros de guerra napoleônicos até 1812. Inclusive, alguns dos seus oficiais superiores participam no planejamento da terceira invasão de Massena a Portugal.**

Em agosto de 1808, as tropas inglesas desembarcaram em Portugal, sob o comando do futuro Duque de Wellington, que foi, também, nomeado Marechal-General do Exército português, enquanto se mantinha no comando das forças aliadas, com direito a participar das reuniões da regência que devia consultá-lo quando ele não participasse. Quem, contudo, viria a ser o Senhor de Portugal seria Beresford, nomeado em 1809 comandante-em-chefe, com plenos poderes para organizar a defesa.

Uma nova reestruturação veio a ser encetada por Beresford e o que mais se fez sentir foi a

neutralização ou o afastamento dos oficiais portugueses de prestígio e a colocação de oficiais ingleses, por todo o lado.<sup>36</sup> Existia um certo desprezo dos ingleses pela tropa indígena e começou a se gerar um clima de tensão entre os quadros.<sup>37</sup> A dura ação disciplinar de Beresford sobre o Exército concorreu para agravá-lo.<sup>38</sup> O ambiente deveria ser tão mau que, quando surgiu um convite de oferecimento para uma divisão expedicionária, em 1815, para **combater os insurrectos de Artigos**,<sup>39</sup> o entusiasmo foi tão grande que ultrapassou, em muito, o quantitativo necessário. A manutenção da Corte no Brasil — afastado, há muito, o perigo napoleônico — e a dominação econômica inglesa da Metrópole e, agora militar, era uma causa crescente de desagrado. Um periódico português afirmava mesmo: "Nós podemos chamar essas leis de organização do Exército de um suplemento, ou antes, um complemento dos ominosos tratados de 19 de fevereiro de 1810".<sup>40</sup>

A execução de Gomes Freire de Andrade, um oficial-general de grande prestígio, que se tinha tornado um pólo de confluência dos militares afastados por Beresford, só veio a agravar a tensão já existente e, principalmente, veio a ter uma profunda influência no surto de uma consciência liberal, no Exército. A crise econômica era enorme e grande parte dela, para além dos efeitos dos tratados comerciais ingleses, poderia assacar-se à grande dimensão

35. O efetivo de 24 regimentos de Infantaria e 12 de Cavalaria é reduzido para, respectivamente, 6 e 4. Cerca de 20.000 homens são licenciados. Fernando Pereira Marques obra cit., págs. 126-127. A milícia era uma corporação organizada militarmente, segundo a carta de Lei de 1761. Eram tropas de segunda linha e auxiliares das tropas regulares, em caso de guerra. Os capitães dos regimentos de milícia deviam ser pessoas nobres e que pertencessem aos distritos onde o corpo se organizava.

36. "O nosso exército era inglês com soldados apenas nascidos em Portugal". Oliveira Martins, obra cit., pág. 312.

37. O Marechal Beresford também desprezava o tradicional critério de antiguidade para as promoções, o que lhe permitiu favorecer os oficiais ingleses ou alguns protegidos portugueses. Obra cit., pág. 152.

38. O caso extremo foi o fuzilamento do coronel português, comandante da Praça de Almeida, acusado de covardia quando do ataque das tropas de Massena. Obra cit., pág. 164.

39. José Gervásio Artigas considerado o fundador da nação uruguaia, devido às suas campanhas contra os espanhóis; quando invade o Rio Grande do Sul, obriga a uma intervenção, em 1816, de D. João VI.

40. *O Português*, publicado em Londres em Jan. 1817.



do Exército. Oliveira Martins comentava, no seu expressivo e algo exagerado estilo: "não havia quem trabalhasse, Beresford fizera soldados todos que não eram frades, nem desembargadores, nem capelães, cantores ou castrados".

É um exército descontente que vai entrar numa era de pronunciamentos, sedições de caserna e guerra civil e que havia de caracterizar grande parte do século XIX.

O triunfo final do liberalismo, obtido mais pela força das armas do que por uma alteração das estruturas viciadas que estavam na origem da grave crise em que Portugal se encontrava mergulhado, não veio a resolver nenhum dos problemas fundamentais.

Dum complexo feixe de forças anárquicas resultou uma teia emaranhada de golpes militares que, até meados do século, consumiu a maior parte das energias nacionais e só terminou quando, exausta a sociedade, esgotados os idealismos e os recursos internos, entrou-se num período de pacificação; e pacificador foi, também, o efeito de uma aparente abastança, resultante dos empréstimos externos em que se lançou a Regeneração. E seria curioso investigar-se, de novo, uma cosmética solução de um período de crise que não trouxe consigo, latente, o germe da sua sucedânea.

## Síntese Final

1. Considerou-se neste trabalho como *grande crise nacional* a situação conjuntural em que a sobrevivência da Nação esteve posta em causa.

2. Ao longo da nossa História foram inúmeros os fatores — de origem e natureza diversas — que concorreram para que se tivessem atingido tais **pontos de rotura (ou quase-rotura) nacional**. Detectaram-se fatores externos e internos, assim como fatores económicos, financeiros, políticos, militares etc., grande parte das vezes com interligações mais ou menos acentuadas. Mas, quantos mais fatores se poderiam encontrar fosse

outra a profundidade do estudo!

3. Ora, a análise conjunta das grandes crises portuguesas é um estudo histórico que está por fazer. Escusado seria dizer que este trabalho não aspirava a tanto. Daí se tê-lo achado abusivo, num tema tão complexo e que abarca um horizonte temporal que ultrapassa os oitos séculos e pretender extrair, no seu final, verdadeiras conclusões.

4. Contudo, o que se expôs anteriormente é de molde a permitir que se encontrem alguns elementos de síntese. Agrupamo-los em dois grupos distintos que julgamos serem de natureza diferente. O primeiro derivou da análise das diferentes **crises circunstanciais** de que tratamos; procurou-se, aqui, acentuar algumas constantes e variáveis detectadas, avançando, para estas últimas, com breves explicações. O segundo derivou da análise da **crise estrutural histórica portuguesa** e que, em nosso entender, criou (e cria) condições para quaisquer crises circunstanciais.

## Elementos de Síntese de Natureza Circunstancial

5. Constata-se que nenhuma das três crises estudadas é alheia ao ambiente internacional prevalente. No Séc. XIV, os levantamentos sociais que, por quase toda a Europa, elevaram o poder da burguesia em prejuízo da nobreza tradicional tiveram, em Portugal, a sua expressão na crise de 1383. No Séc. XVI, o processo que a Nação viveu, em 1578 insere-se na luta entre as "superpotências" da época, isto é, na crise, do Séc. XIX. E essa influência tanto se verificou no processo de gênese da crise, como no da sua solução.

6. Uma outra constante nítida é que nestas três crises nacionais existe uma componente económico-financeira dominante. A crise de 1383 irrompe quando os efeitos das secas, das pestes, da inflação, das guerras de D. Fernando — segmento peninsular da Guerra dos Cem Anos —, conjugados com o excesso de "desempregados" urbanos, atingem níveis inaceitáveis. Em 1578, o saldo



negativo da expansão ultramarina já tinha provocado o encerramento da Feitoria de Antuérpia e já se entrara na senda dos empréstimos externos. Finalmente, em 1820, o país encontrava-se economicamente destruído, consequência das sucessivas invasões que tinha sofrido e, também, das amplas cedências que fomos forçados a fazer à Inglaterra.

7. Verifica-se, também, agora no campo militar, que **nunca fomos capazes de dispensar a ajuda externa estrangeira, principalmente inglesa, para repelir as ameaças externas.** Assim aconteceu nas guerras de D. Fernando e de D. João I, quando o apoio dos arqueiros ingleses foi importante. Nas Guerras da Restauração, foi decisivo o papel desempenhado por Schomberg e considerável a contribuição inglesa e francesa. No período das invasões francesas, é demasiado conhecida a preponderância de Wellington e das suas tropas, nas campanhas travadas.

8. Relacionado com o ponto anterior também se constata, embora com intensidades diferentes, que **esses auxílios não foram gratuitos.** Veja-se o comportamento dos arqueiros ingleses, no Séc. XIV ou no Séc. XIX — o longo período do governo de Beresford —, fruto da dependência inglesa em que nos colocamos para fazer frente às tropas napoleónicas; e este, resultado de uma certa demissão nacional, bem expressa no número exagerado dos que embarcaram para o Brasil. O peso dessa dependência atingiu valores tão elevados que provocou a “explosão” de 1820.

9. Ainda no âmbito militar, é notória e nada gratificante a recorrente procura de estrangeiros para proceder, por nossa incapacidade, à reorganização do exército, em períodos de crise militar.

10. Outra constante que se assinala é que nunca os portugueses foram, de início, capazes de mostrar-se unitários e coesos, em períodos de grave crise interna, na defesa da independência nacional, quando esta esteve seriamente ameaçada. Em 1383, grande parte da nobreza, por razões de legitimidade dinástica, era favorável ao

monarca espanhol. Em 1580, também a nobreza que escapara ao desastre de Alcácer-Quibir estava seduzida pelo ouro espanhol; a invasão transformou-se “num simples passeio militar, pois a corrupção abrira previamente as portas que as fortalezas escancaravam”. Nas invasões francesas, a resistência não existiu e houve uma facção favorável ao novo ideário que os invasores simbolizavam.

11. Em contrapartida, a resistência irrompe quando um clima de mal-estar social encontra uma liderança e um enquadramento decididos. Na crise de 1383, esta conjugação manifesta-se desde o início. Na crise de 1580, ambos os fatores estão ausentes; isto explica a aclamação que recebeu Filipe I quando da sua visita a Portugal. É só no reinado de Filipe III que essas duas condições se verificam: a nobreza desperta e enquadra um povo revoltado. Finalmente na crise do Séc. XIX, a reação é muito posterior à primeira invasão e, em verdade, só começa após o desembarque das tropas inglesas.

12. Embora existam, nas duas primeiras crises tratadas, semelhanças evidentes — trono vago, um pretendente espanhol, invasão militar e facção favorável ao candidato estrangeiro — há que se assinalar algumas variáveis. E essa diferença explica a conservação da independência, em 1383, e a sua perda, em 1580. O que pode ter concorrido para que se verifiquem consequências opostas, tendo como ponto de partida situações de crise, aparentemente análogas? Antes de mais nada, há que se distinguir o que se pode considerar uma ambição quase pessoal do Rei de Castela, na primeira, e o poder de uma Espanha Imperial, na outra; contudo, há outros fatores endógenos que concorrem para um tal contraste de efeitos. No Séc. XIV, há uma burguesia nacional fortalecida que, aproveitando-se dos conflitos sociais existentes, antecipa-se e comanda o movimento que se torna vitorioso; ao passo que, no Séc. XVI, a dependência em que a burguesia portuguesa se encontra face à Espanha não a vocaciona para esse papel



motor. Além disso, em 1383, embora sem o apoio da maioria da nobreza, ainda é possível ao Mestre de Aviz obter um valoroso braço aristocrático que consegue fazer convergir a força popular contra o invasor castelhano; em 1580, a nobreza que escapa ao desastre de Alcácer Quibir, corrompida na sua maioria pelo ouro espanhol, nada faz para dinamizar o povo à resistência.

### Elementos de Sínteses de Natureza Estrutural

13. Subjacente a estas crises conjunturais, uma outra mais profunda se detecta com caráter estrutural e secular e que, primariamente, talvez se possa radicar numa concentração fundiária, nas mãos de uma nobreza com pouca vocação agrícola; concorrentemente, ressalta uma persistente tendência para uma forte pressão senhorial — com uma intensidade que se vai modificando, com o fluir dos séculos — que foi desincentivadora das iniciativas de explorar a terra; o saldo desta situação foi o de uma carência crônica de bens alimentares, por si só um fator “crisogênico”, perdoe-se o neologismo. No fim do Séc. XVIII, por exemplo, a parte inculta do país era cerca de dois terços do total!\* E hoje o recurso à importação de metades dos bens alimentares que consumimos não é o efeito, ainda, dum estrutura defeituosa?

14. É notória também, a sistemática procura no exterior, desoluções que no interior do território nunca se encontraram. Sucessivamente fomos sempre possível descobrir uma compensação para perda/ruína de uma área vital para o nosso poder. Assim, tivemos o período atlântico do ouro de Minas; o período asiático da rota marítima para Índia, primeiro, em regime de monopólio, depois, já em concorrência com outras nações; o período Brasileiro do açúcar e, mais tarde, do ouro e dos diamantes; e,

finalmente, o período africano. A seguir o quê? O período europeu?

15. O hábito de se ter habituado a viver de riquezas geradas fora de Portugal concorreu para uma dependência quase direta de uma conjuntura ultramarina, a situação política metropolitana, repercutindo nesta, profundamente, nas crises ocorridas além-mar. Por exemplo: a influência do déficit crescente do comércio oriental do Séc. XVI teve fortes repercussões na crise de 1578; também a crise de 1820 está intimamente relacionada com a mudança da conjuntura no Brasil; e o impacto da independência nos territórios africanos, a seguir ao 25 de abril de 1974? Será que se pode dissociar da crise atual em que estamos mergulhados? E o impacto do maciço retorno dos emigrantes que já se desenhava?

16. Além disso, houve uma tendência para um apertado centralismo da atividade ultramarina, primeiro pelo Rei, mais tarde, pela nobreza e, só parcialmente, pela burguesia mercantil. A participação direta da Coroa e de certas camadas da nobreza ajudaram a travar o desenvolvimento da iniciativa burguesa que não conseguiu autonomizar-se sob o peso das estruturas senhoriais. A promissora burguesia, que está na gênese da revolução de 1383, cedeu o passo, progressivamente, à aristocracia feudal, na condução do processo de expansão que teve origem nos Descobrimentos. Deste modo, o caráter eminentemente comercial, característico da burguesia, nunca foi predominante. A expansão assumiu o caráter de empresa essencialmente estatal, com vocação imperial e com custos desproporcionais em relação aos lucros possíveis. Será que hoje esta permanente esperança de que um governo tudo resolva não é o efeito dum excessivo centralismo estatal que se verificou, ao longo da história, na inércia de

\* DOMINGOS VANDELLI, in *Memórias Econômicas da Academia*, 1789, citado no artigo de Armando de Castro, *Dicionário da História de Portugal*, Vol. I, pág. 746.



quem espera tudo vindo de cima?

17. Daqui decorreu que Portugal tenha sido o "abridor de portas por onde os outros passaram", ou seja, o que correu os maiores riscos e que arcou com os maiores encargos, não tendo recolhido os benefícios correspondentes. Outros o fizeram. Era necessário ter criado condições para que uma burguesia se tivesse desenvolvido, o que não aconteceu. Para isso muito teria contribuído o surgimento de um radicalismo religioso, que repeliu do país, no período crucial da verdadeira internacionalização da economia, os que mais aptos se achavam para acompanhar essa evolução. **Esse radicalismo religioso**, naturalmente, foi penetrando outras áreas, principalmente a política e a cultural e, particularmente, a da educação. Revestindo, ao longo do séculos, formas diversas, mas tendo sempre no fundo um mesmo caráter retrógrado — ou, pelo menos, não estimulante —, **condenou Portugal à orla periférica da economia do mundo capitalista**: exploração dos recursos da periferia e colocação na dependência do Centro. A atual estrutura econômica desajustada e a carência de mentalidade empresarial dinâmica não estarão na sequência lógica desta tendência histórica?

18. A natureza dos que detiveram, por mais

tempo, o controle da exploração ultramarina não contribuiu, também, para que tivessem sido canalizados para o investimento reprodutivo os seus lucros; foi antes o seu desbaratar em consumo, em muitos casos de natureza suntuária, o que prevaleceu. Os verdadeiros beneficiários desses lucros foram sempre os países originários dos inúmeros bens, que — por insuficiência (chamemos-lhe) cultural ou de educação ou, agora, tecnológica — podendo nós produzi-los, optamos por, madraçamente, importá-los. Isso desencadeou a espiral vertiginosa de um atraso crescente que tem hoje uma expressão quase aberrante em relação à Europa. Essa tendência também contribuiu para a cristalização da estrutura econômico-social do País, que ainda hoje se reflete no presente.

*"Situações como esta que estamos a atravessar são conhecidas entre nós. Correspondem à recorrência histórica da esperança messiânica da construção do país a partir de fora"*

Baptista Comprido, in "Diário de Notícias" (24 de janeiro de 1984).

Henrique Manuel Lages Ribeiro é Brigadeiro do Exército Português e Sócio Correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

\*\*ROGÉRIO MARTINS, Europa, *Reencontro de Portugal Consigo Próprio*, in Diário de Notícias, 20 de Janeiro de 1984

Nota: Os destaques em negrito foram feitos pela redação da revista